



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v14.1105>

Foucault, o quinto limiar: a fulguração de tempestades possíveis

Foucault, the fifth threshold: the flash of possible storms

Richer Fernando Borges de Souza¹

Resumo

O artigo apresenta uma leitura crítica acerca do livro Foucault, o quinto limiar: estruturalismo e ontologia Queer, de Norman Madarasz. Inicialmente, o autor defende que o método estrutural jamais fora abandonado ao longo dos momentos arqueológicos e genealógicos foucaultianos. Em seguida, argumenta em favor da existência de um projeto inacabado ao longo da trajetória intelectual do filósofo que não é outro senão o da elaboração de uma nova teoria do sujeito pós-humanista. Com isso, a partir da recepção dos trabalhos mais recentes no âmbito da neuropsicologia, da biolinguística estrutural, da antropologia estrutural, da filosofia de Alain Badiou e da literatura contemporânea, o autor oferece aos leitores uma nova teoria gerativa do sujeito variacional e relacional que poderia ser vista como a complementação atual do projeto teórico foucaultiano.

Palavras-Chave: Foucault. Estruturalismo. Acontecimento. Sujeito. Ontologia. Queer.

Abstract

The article presents a critical reading of the book Foucault, the fifth threshold: structuralism and queer ontology, by Norman Madarasz. Initially, the author argues that the structural method had never been abandoned throughout Foucauldian archaeological and genealogical moments. Then, he argues in favor of the existence of an unfinished project along the philosopher's intellectual trajectory that is none other than the elaboration of a new post-humanist theory of the subject. With that, from the reception of the most recent works in the field of neuropsychology, structural biolinguistics, structural anthropology, the philosophy of Alain Badiou and contemporary literature, the author offers readers a new generative theory of the variational and relational subject that could be seen as the current complementation of Foucault's theoretical project.

Keywords: Foucault. Structuralism. Event. Subject. Ontology. Queer.

¹ Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

E-mail: richer.fernando@yahoo.com.br; Orcid id: <https://orcid.org/0000-0001-7398-7537>.

Introdução

Este artigo pretende oferecer uma leitura crítica acerca do livro *Foucault, o quinto limiar: estruturalismo e ontologia Queer*, de Norman Madarasz. Nesse livro, o autor inicia propondo, como chave de leitura, a existência de três vidas do filósofo em questão. A primeira seria a vida pessoal de Paul-Michel Foucault. A segunda vida seria a da sua obra. Já a terceira, e é aqui que nos parece se encontrar sua sugestão mais fecunda para os leitores de Foucault, se definiria pelo projeto inacabado de elaboração de uma teoria do sujeito pós-humanista. Com isso, o autor propõe enfim levar a cabo esse projeto a partir da elaboração de sua contraontologia estrutural que daria margem ao surgimento de uma teoria localizada do sujeito histórico-sexuado que deveria ser lida como uma nova teoria gerativa de um sujeito variacional, além de relacional.

Sua tese propõe ainda que aquele projeto apenas esboçado por Foucault poderia ser agora realizado a partir da complementação dos quatro limiares de discursividade propostos pelo filósofo em *A Arqueologia do Saber*², isto é, os limiares de positividade, de epistemologização, de cientificidade e de formalização, pela inscrição de um quinto limiar de discursividade por ele chamado de limiar de sistematicidade acontecimental, no qual essa nova teoria do sujeito daria forma a uma “ontologia *queer* suscetível de universalização material, sociorelacional e, quiçá, corporal.” (MADARASZ, 2022, p.27)

² “A propósito de uma formação discursiva, podem-se descrever diversas emergências distintas. O momento a partir do qual uma prática discursiva se individualiza e assume sua autonomia, o momento, por conseguinte, em que se encontra em ação um único e mesmo sistema de formação dos enunciados, ou ainda o momento em que esse sistema se transforma, poderá ser chamado limiar de positividade. Quando no jogo de uma formação discursiva um conjunto de enunciados se delinea, pretende fazer valer (mesmo sem consegui-lo) normas de verificação e de coerência e o fato de que exerce, em relação ao saber, uma função dominante (modelo, crítica ou verificação), diremos que a formação discursiva transpõe um limiar de epistemologização. Quando a figura epistemológica, assim delineada, obedece a um certo número de critérios formais, quando seus enunciados não respondem somente a regras arqueológicas de formação, mas, além disso, a certas leis de construção das proposições, diremos que ela transpôs um limiar de cientificidade. Enfim, quando esse discurso científico, por sua vez, puder definir os axiomas que lhe são necessários, os elementos que usa, as estruturas proposicionais que lhe são legítimas e as transformações que aceita, quando puder assim desenvolver, a partir de si mesmo, o edifício formal que constitui, diremos que transpôs o limiar da formalização.” (FOUCAULT, 2008, pp.208-9)

I.

Para tanto, no primeiro capítulo intitulado Radioscopia, o autor traça um relato histórico da recepção do estruturalismo nos Programas de Pós-Graduação das Universidades brasileiras. De saída, procura deixar claro que o estruturalismo e/ou o pós-estruturalismo em nada podem ser assemelhados com as correntes teóricas que reivindicam o pós-modernismo ou qualquer forma de relativismo. Isso porque, o estruturalismo surge com força no pensamento francês, principalmente a partir das décadas de 50 e 60 do século passado, visando a fundamentar e a transformar epistemologicamente as ciências humanas em discursos rigorosamente científicos resultando, até mesmo, no afastamento inicial desses autores da própria filosofia.

Com isso, o pós-estruturalismo deveria ser entendido não como uma corrente que reivindicara a superação ou até mesmo o abandono do estruturalismo, mas sim como uma espécie de variação filosófica dele, pois seus teóricos haviam abandonado esse projeto inicial de fundamentação, cujo exemplo poderíamos encontrar na filosofia da desconstrução derridiana. Entretanto, Madarasz destaca que esse projeto inicial de fundamentação fora posteriormente resgatado por Alain Badiou em seu livro *O Ser e o Acontecimento*, publicado em 1988, a partir da integração da ideia de ruptura histórica ou de descontinuidade acontecimental. (Idem, 2022, p.36)

A partir de sua experiência pessoal como professor e pesquisador no Brasil, o autor questiona acerca da fraca, senão quase inexistência de pesquisas sobre o estruturalismo nos cursos de filosofia do país. Para tentar compreender essa lacuna, volta-se então para o departamento de filosofia da USP e, mais particularmente, para o livro *Um Departamento Francês de Ultramar*, de 1994, publicado por Paulo Arantes. Isso porque, desde sua fundação, alunos desse departamento, como o próprio autor do livro em questão e nomes como os de José Artur Giannotti, Bento Prado Jr., Oswaldo Porchat, Ruy Fausto e Roberto Schwarz haviam recebido uma sólida formação filosófica francesa e, é claro, pelo papel fundamental desempenhado como professores da Missão Francesa nessa Universidade por nomes como os de Lévi-Strauss, Martial Guéroult e Gérard Lebrun.

Seja pelo ideal de emancipação, seja por discordâncias teóricas, o fato é que essa primeira geração de professores uspianos procurou se afastar da corrente

estruturalista. Em maior ou menor grau, esse mesmo movimento de distanciamento pôde ser imputado a nomes que receberam a influência inicial do estruturalismo como Nelson Coutinho, Ivan Domingues e Viveiros de Castro, ainda que esse último tenha sido apontado pelo próprio Lévi-Strauss como um dos herdeiros da antropologia estrutural. Desse modo, o autor aponta o magistral livro intitulado *Par-delà Nature et Culture*, publicado em 2005, por Philippe Descola, lamentavelmente ainda sem tradução em língua portuguesa, como sendo o verdadeiro representante da recuperação e do fortalecimento da corrente estruturalista no pensamento francês contemporâneo.

De não menos importância é destacada a presença de Éric Alliez na UERJ a partir de 1988, uma vez que ele contribuiu com a criação da Editora 34 que publicou diversos trabalhos de Gilles Deleuze, como seu livro intitulado *Foucault*, de 1986, que influenciou decisivamente na recepção e na interpretação do filósofo de Poitiers pelos leitores brasileiros, mais particularmente no que diz respeito a existência dos supostos três eixos de problematização ao longo de seu trabalho, ou seja, o eixo do saber, o eixo do poder e o eixo da subjetivação. Ademais, nesse período, os leitores ainda não contavam com a imensa publicação dos textos que compõem a coleção *Ditos & Escritos*, de 1994, tampouco com a publicação da maioria de seus Cursos ministrados entre os anos de 1970 e 1984 no Collège de France. Essa interpretação deleuziana teria colaborado, assim, com a pouca atenção dada por esses primeiros leitores no país ao estruturalismo.

Já no que diz respeito à contribuição de Roberto Machado, a forte presença da fenomenologia na sua formação o teria levado a dar pouca importância ao estruturalismo. O autor discorda, sobretudo, da interpretação do professor brasileiro que apresenta Foucault como um filósofo profundamente assistemático. Discordância, aliás, que se manifesta explicitamente numa das principais teses levantadas pelo autor, uma vez que defende que “a análise estrutural percorre sistematicamente a obra de Foucault, se reforçando nos passos mais próximos a alcançar o seu objetivo.” (Ibidem, p.78).

Desse modo, para além de uma interpretação renovada da obra de Foucault, encontramos nesse livro um convite ao resgate dos estudos do estruturalismo na Academia brasileira, bem como um chamado a entender a filosofia francesa contemporânea enquanto marcada decisivamente pelo espírito de sistema. Logo,

será seguindo os próximos passos do autor que tentaremos compreender melhor a obra do filósofo, mas também será seguindo os passos da obra do filósofo que poderemos compreender melhor as teses sustentadas pelo autor, que passaremos agora a nossa interpretação do segundo capítulo.

No capítulo chamado de Um Fenômeno Filosófico nas Ciências Sociais, o autor apresenta suas críticas mais ácidas ao posicionamento político de Foucault, assim como à recepção de seu trabalho aqui no Brasil. De saída, defende que as publicações dos Cursos ministrados no Collège de France como *Em Defesa da Sociedade*, em 1997, e *Os Anormais*, em 1999, tornaram ainda mais manifesta que a separação de Deleuze da obra foucaultiana em três eixos: saber, poder e subjetivação ética se tornara anacrônica. O autor argumenta que o método genealógico teria sido acrescentado ao arqueológico tendo em vista um projeto simultâneo de dessujeição dos saberes e de recuperação e de criação de novas formas de subjetividade. Contudo, afirma que em que pese o protagonismo assumido pela genealogia a partir dos anos 70, o filósofo jamais teria abandonado o método estrutural.³

Defende que, se é verdade que Foucault não chegou a apresentar uma nova teoria acabada do sujeito pós-humanista, isso se deve ao fato de que ele ainda não tinha à disposição os instrumentos teóricos há época, bem como não chegara a desenvolver um quinto limiar da sua teoria das discursividades que o autor chama de limiar de sistematização. Esses argumentos são sustentados não só pela sua exegese da obra foucaultiana, mas também pela possibilidade de consultar *in loco* o material inédito de pesquisa do filósofo agora disponível no Fonds Michel Foucault da Biblioteca nacional da França.

Possivelmente, não estaríamos em erro se pudéssemos renomear este capítulo de A Coragem da Polêmica. Não são poucas as que encontramos aqui, de maneira que ofereceremos apenas singelas objeções para algumas delas. Primeira polêmica: o autor alega que a nomeação de sua Cátedra no Collège de France de

³ Aqui, o autor mantém sua tese também sustentada no livro Foucault: leituras acontecimentais: “Os Cursos evidenciam, pois, uma continuação das pesquisas que Foucault já desenvolvia nos anos 1960 que, para muitos comentadores, se haviam encerrado com a década desvanecida. Defenderemos que esta perspectiva é errônea. Se Foucault trabalhava, pesquisava, escrevia no espaço aberto pelo fim do humanismo e da hegemonia dos conceitos de homem e de sujeito soberano, tais conclusões históricas não invalidaram sua metodologia arqueológica, que permaneceu operante. Assim, estabeleceremos ainda que por arqueologia deve-se entender também análise estrutural.” (MADARASZ, *Et al.* 2016, pp.21-2)

História dos Sistemas de Pensamento revelaria um início de distanciamento de Foucault da própria filosofia, seguindo assim a posição também aventada por Daniel Defert. Ora, acreditamos que, em primeiro lugar, teríamos que chegar a um acordo sobre o que é o próprio da filosofia, sobre o que é o próprio da história, sobre o que caracteriza um sistema e sobre o que caracteriza o pensamento. Tarefa difícil.

Além disso, poderíamos lembrar que o filósofo sempre demonstrou um profundo interesse por diversos campos do saber como o discurso literário. A exemplo de seu trabalho desenvolvido como promotor da cultura francesa na Suécia, Polônia e Alemanha, seu livro sobre *Raymond Roussel*, de 1963, o papel decisivo dado a ela em *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*, de 1966, na dissolução da concepção moderna do sujeito, assim como a retomada da problematização da literatura encontrada nos Curso dos anos 80.

Em segundo lugar, o primeiro Curso ministrado no âmbito do Collège de France, *Aulas Sobre a Vontade de Saber*, de 1970-71, revela justamente o contrário, pois é inteiramente dedicado às temáticas próprias à filosofia como: as relações entre verdade e conhecimento, a exclusão dos sofistas e da vontade de saber do discurso filosófico; a problematização da justiça e do poder em Homero, Hesíodo e Sófocles etc. Logo, em lugar de um suposto afastamento da filosofia, parece-nos que o título de sua Cátedra visava a possibilitar a não limitação das suas problematizações aos discursos canonicamente reconhecidos como filosóficos, agregando ao seu trabalho de investigação saberes empíricos, saberes sujeitados, ciências naturais, ciências humanas, literatura, arquivos, relatórios, documentos históricos etc. Portanto, mais do que afastamento da filosofia, tratava-se, talvez, da introdução da diferença e da recusa da identidade no âmbito da própria investigação filosófica interdisciplinar.

A Segunda polêmica é encontrada nesta passagem: “Pois, Foucault era um filósofo apolítico antes de maio de 1968, apolítico em um cenário de agitação social que o equivaleria a um antimarxista. A partir de seu *flirt* na aspiração a um cargo ministerial com o governo de direita-liberal de Raymond Barre, em 1976, voltou a sê-lo durante o resto de sua vida.” (Ibidem, p.97) Ora, essa afirmação dificilmente pode ser sustentada. Em que pese não o objetarmos a partir de uma exegese dos livros foucaultianos, pois isso ultrapassaria em muito os objetivos deste artigo, a acreditar tão-somente na brevíssima cronologia biográfica realizada por Daniel

Defert, presente no primeiro volume da coleção *Ditos & Escritos*, podemos notar o quanto essa imagem de um Foucault apolítico pré-maio de 68 seria insustentável.

Senão vejamos, essa afirmação do filósofo com realizada no ano de 1946: “Ter vinte anos no dia seguinte à Guerra Mundial(...) mudar radicalmente uma sociedade que deixara acontecer o nazismo. (FOUCAULT, 1999, p.07) Logo em seguida, aos 24 anos e, como o próprio autor reconhece, filia-se ao Partido Comunista devido ao intolerável colonialismo e imperialismo francês, ainda que o tenha deixado apenas dois anos depois. Ademais, em 1966, concomitante ao seu projeto teórico manifestado com a publicação de *As Palavras e as Coisas*, Foucault afirma que: “Nossa tarefa é a de nos libertarmos definitivamente do Humanismo(...) é nesse sentido que meu trabalho é um trabalho político, na medida que todos os regimes do Leste e do Oeste fazem passar suas mercadorias sob a bandeira do Humanismo. (Idem, p.16)

Apenas um ano depois, Foucault, então lecionando na Tunísia, dá apoio em sua própria residência aos estudantes que protestavam contra a Guerra dos Seis Dias. No ainda pré-maio de 68, Defert atesta também que o Foucault, supostamente apolítico, se põe a ler Rosa Luxemburgo. Por fim, se Foucault não estava presente nas revoltas de maio, pois ainda com os encargos de professor na Tunísia, pelo menos em junho sua presença se fez notar como atestam Defert e, talvez, Maurice Blanchot.⁴

Outrossim, vemos com surpresa que o autor afirma que a recepção brasileira se transformou num culto ao pesquisador francês, branco e paradoxalmente heterossexual. Ou seja, um Foucault descrito de modo provocativo em termos identitários e essencialistas. Creio que, ainda que possa haver algum tipo de culto, essa suposta imagem de Foucault aqui no Brasil não passaria de um acidente na

⁴ “Para ser exacto, devo dizer que não tive relações pessoais com Michel Foucault. Nunca o encontrei, excepto uma vez, no pátio da Sorbonne durante os acontecimentos de Maio de 68, talvez em Junho ou Julho (mas dizem-me que ele não estava lá), e dirigi-lhe então algumas palavras, ignorando ele quem lhe estava a falar (digam o que disserem os detractores de Maio, foi um belo momento esse, em que cada um podia falar com qualquer outro, anónimo, impessoal, homem entre os homens, acolhido sem outra justificação para além da de ser um outro homem). É verdade que durante esses acontecimentos extraordinários, eu dizia muitas vezes: Mas porque é que Foucault aqui não está? - restituindo-lhe assim o seu poder de atracção e considerando o lugar vazio que ele deveria ter poupado. Ao que me respondiam com uma observação que não me satisfazia: ele continua um pouco reservado; ou então: está no estrangeiro. Mas, precisamente, muitos estrangeiros, até remotos japoneses, estavam lá. Foi assim, talvez, que perdemos a ocasião de nos encontrarmos.” (BLANCHOT, 1987, p.14)

interpretação de um trabalho inteiramente apoiado sobre uma filosofia da diferença.

Logo a seguir, o autor traz ao debate um conjunto de críticas que revelariam uma possível inadequação do pensamento foucaultiano para pensar questões nacionais como: o sistema penitenciário, o sistema legal, a temática acerca da desigualdade racial e a problematização da saúde mental, as quais outra vez mais expressamos aqui nosso respeitoso desacordo.

Fiquemos tão-somente com a primeira crítica manifestada, ou seja, acerca da inadequação da problematização foucaultiana sobre as prisões modernas, tal como a encontramos, por exemplo, em *Vigiar e Punir*, de 1975. Nessa, após manifestar, acertadamente pensamos, que o sistema penitenciário brasileiro nunca passou pela reforma iluminista preconizada por Beccaria ou Bentham, objetamos, no entanto, contra a leitura apresentada onde afirma que Foucault teria:

Surpreendido seus leitores na época da publicação do livro ao apontar o projeto reformista como intento em amenizar o escândalo das torturas e violências encenadas nas praças públicas, em atos retributivos por ter ferido simbólica e concretamente o poder soberano, literalmente, o corpo do Rei. A grande inovação do Antigo Regime, argumenta Foucault, e neste espírito seguindo as teses de Alexis de Tocqueville era o modo pelo qual a racionalidade superior das ciências republicanas aperfeiçoava os impasses anteriores. (MADARASZ, 2022, p.99)

Bem, a nosso ver, é justamente o contrário. Foucault jamais teria afirmado que as prisões modernas, quer sejam elas europeias, quer brasileiras, bem como as novas técnicas de punições penais revelariam uma espécie de progresso moral resultante do Humanismo moderno ou que as ciências modernas empregadas no sistema penal de justiça representariam um progresso em relação às práticas de punição anteriores. Trata-se, na realidade, da invenção de uma nova economia do poder de punir que se expressou com a grande reforma penal, pois como nos diz o filósofo:

O sofrimento que deve ser excluído pela suavização das penas é o dos juízes ou dos espectadores (...) Aí está a raiz do princípio de que se deve aplicar só punições “humanas”, sempre, a um criminoso que pode muito bem ser um traidor ou um monstro, entretanto. Se a lei deve agora tratar “humanamente” aquele que está “fora da natureza”(enquanto que a justiça de antigamente tratava de maneira desumana o “fora da lei”), a razão não se encontra numa humanidade profunda que o criminoso esconda em si, mas no controle necessário dos efeitos de poder. (FOUCAULT, 2014, p.90)

Isso porque, não é possível esquecer que a história descontínuista, talvez, acontecimental, também fora empregada em *Vigiar e Punir*, justamente para desfazer as leituras continuístas da história, cujo progresso seria manifestado seja pela Providência, seja pela Razão Iluminista, seja pela moral moderna. Senão, vejamos novamente o que nos diz o próprio filósofo como uma advertência geral aos seus leitores já no início desse livro:

Mas a partir de onde se pode fazer essa história da alma moderna em julgamento? Se nos limitarmos a evolução das regras de direito ou dos processos penais, corremos o risco de valorizar como fato maciço, exterior, inerte e primeiro, uma mudança na sensibilidade coletiva, um progresso do humanismo, ou o desenvolvimento das ciências humanas. Para estudar, como fez Durkheim, apenas as formas sociais gerais, corremos o risco de colocar como princípio da suavização punitiva processos de individualização que são antes efeitos das novas táticas de poder e entre elas dos novos mecanismos penais. (FOUCAULT, 2014, p.27)

Em seguida, o autor agora afirma que: “(...) o compromisso de Foucault sempre foi em última instância com o liberalismo social e individualista.” (MADARASZ, 2022, p.97) Ora, acreditamos que a possibilidade de aproximar o pensamento político de Foucault ao liberalismo seria possível somente se alguém tomar como objeto de análise exclusivamente o trabalho desenvolvido sobre o liberalismo e o neoliberalismo ao longo do Curso *Nascimento da Biopolítica* (1978-1979). Porém, pensamos que não seria sem importância questionar se a sociedade disciplinar, hierárquica, de vigilância e de normalização denunciada em *Vigiar e Punir* e ao longo de seus Cursos, não seria outra senão essa mesma sociedade capitalista, flagrantemente liberal e moderna, tal como fora objeto de análise nesse Curso? Além disso, por qual justificativa um teórico que durante toda a sua trajetória intelectual rejeitou as supostas identidades poderia ser enquadrado nos limites do liberalismo?

Logo mais à frente, encontramos no texto a afirmação de que: “Pouco que Foucault escreveu sobre prisões ajuda a entender, e ainda menos a articular, a coerção pública necessária no Brasil para quebrar a estrutura de casta, que ocupa os altos escalões do funcionalismo federal para onde se esconde o judiciário, e sobretudo, as forças armadas.” (MADARAZS, 2022, p.99) Novamente, aqui,

discordamos não somente do advérbio empregado, mas do argumento em sua totalidade.

Isso porque, para ficarmos somente com o Curso *A Sociedade Punitiva* (1972-1973), por exemplo, o que são os esforços empregado por Foucault senão o de denunciar as arbitrariedades intrínsecas aos processos penais, bem como da inextrincável relação dos poderes judiciários, aqui e acolá, que através de táticas penais com as do encarceramento revelam interesses morais e econômicos, para além da alegada manifestação da justiça na ordem social.⁵ Assim, não seria preciso esperar a publicação de *Vigiar e Punir* para perceber a denúncia do filósofo acerca da integração histórica dos sistemas penais e, portanto, do Judiciário com as esferas do poder, estas que, ontem e hoje, se manifestam explicitamente no Brasil e afora através das técnicas de *Lawfare* e de guerras híbridas.

Dessa maneira, em contraposição ao argumento presente no livro, diríamos que muito do que Foucault escreveu sobre os processos penais ajuda a atacarmos as relações de poder que são manifestas pelo Poder Judiciário brasileiro, cuja recente guinada garantista e democrática, acompanhada cinicamente pelo reforço ensaiado dos grandes representantes do setor midiático brasileiro só revelam que não são mais somente os pobres, estudantes, professores, ativistas de gênero ou ambientalistas que sentiam suas vidas em risco com o atropelamento do processo democrático brasileiro e a consequente conquista do poder federal pelo poder camuflado daqueles que realmente governavam o país.

O autor revela ainda surpresa ao ver Foucault sendo: “(...) descrito e recebido como um pensador de esquerda, ou revolucionário, tomando em consideração, mais ainda, a rica tradição de escritos e de pesquisas sobre o marxismo.” (Idem, 2022, p.104) Ora, aqui manifestamos novamente nossa incompreensão. Isso porque, o autor defende que há uma linha de continuidade desde o início da trajetória intelectual de Foucault, cujo objetivo seria o da elaboração de uma nova teoria do sujeito pós-humanista. Ademais, que este projeto foucaultiano poderia ser

⁵ “Disse apenas que a mesma forma se encontra no salário e na prisão: por um lado, o tempo da vida torna-se matéria permutável; por outro, a medida do tempo é que possibilita a quantificação da troca, por meio de uma relação estabelecida entre uma quantidade de trabalho e uma quantidade de dinheiro, ou então entre uma quantidade de tempo e a gravidade da culpa. Essa forma remete àquele fenômeno essencial que é a introdução da quantidade de tempo como medida, não só como medida econômica no sistema capitalista, mas também como medida moral.” (FOUCAULT, 2015, p. 78)

efetivamente realizado a partir das contribuições mais recentes de autores como Chomsky, Badiou, Descola e dos atuais estudos na temática Queer.

Se isso é assim, então, poderíamos entender que o autor de *Foucault, o quinto limiar: estruturalismo e ontologia Queer*, finalmente logrou criar uma teoria da subjetividade pós-humanista fundamentada por uma ontologia Queer, a partir de uma guinada teórica radicalmente à esquerda de um projeto pelo qual se ocupara um filósofo que transitara supostamente e não sem ambiguidades entre o apolitismo e o liberalismo? Ou ainda, será que deveríamos considerar que o próprio projeto foucaultiano de constituição de uma subjetividade pós-humanista, não passara da expressão teórica resultante de um tipo de conservadorismo político egocêntrico?

Não seria preciso lembrar, é claro, que esse projeto de fundo do trabalho foucaultiano delimitado pelo autor só teria sido possível pela problematização acerca da “morte do homem”, já presente de maneira implícita ao final de sua tese *História da Loucura*, que fora orientada por Georges Canguilhem no ano de 1961, e, de maneira explícita, em sua tese complementar sobre Kant intitulada *Gênese e Estrutura da Antropologia de Kant*, apresentada nesse mesmo ano e retomada com absoluta profundidade, através da metodologia estrutural, cinco anos depois em *As Palavras e as Coisas*.

Seguindo seu texto, encontramos outra crítica que nos parece injusta. O autor, após reconhecer a participação do filósofo nos atos ecumênicos e críticos ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog durante sua passagem a trabalho pela USP em 1975, assevera que: “Sua pesquisa nunca saiu da França e dos seus centros de pesquisa, nos quais se empenhava a rearticular formas de vivência excluídas por dispositivos de saber-poder de séculos atrás, por mais significativos que estes séculos foram para o século XX.” (Ibidem, 2022, p.107).

Ora, outra vez devemos lembrar que o trabalho de pesquisa para a escrita da sua tese, bem como da sua tese complementar foram realizados na biblioteca de Upsala, na Suécia. Quando morava na Alemanha era um assíduo frequentador das bibliotecas de Hamburgo. Como afirmar que seu interesse de trabalho se limitara à França quando a própria pesquisa dedicada à compreensão da governamentalidade liberal fora quase que integralmente voltada ao ordoliberalismo alemão e ao anarcoliberalismo estadunidense? E o que dizer então acerca de suas pesquisas sobre as sociedades greco-romanas empreendidas ao longo dos volumes da *História*

da *Sexualidade*, bem como dos Cursos apresentados ao público durante os primeiros anos da década de 80? Por fim, o escasso diálogo do filósofo com teóricos brasileiros se deve a um desinteresse pelas questões então em debate ou poderíamos ser um pouco benevolentes e lembrarmos da insularidade da língua portuguesa?

A bateria de críticas políticas não cessa, isso não significa que esperávamos aplausos. Após apontar com razão que, em seus estudos sobre o neoliberalismo, o filósofo ignorou por completo que esta experiência política nefasta andara de mãos dadas com a ditadura sanguinária de Pinochet, no Chile, o autor afirma que: “Depois, como se fosse uma cortina de ferro invertida, o Chile sumiu do radar das relações internacionais – nem voltando nas diferentes denúncias de Foucault ao totalitarismo, pelo qual visava apenas a União Soviética.” (Idem, p.110) Ora, essa afirmação não se sustenta. Fiquemos aqui apenas com um de seus Cursos.

Na famosa última aula de *Em Defesa da Sociedade, de 17 de março de 1979*, através de suas explanações sobre o conceito de biopolítica podemos perceber claramente a denúncia foucaultiana da integração do racismo de Estado na Alemanha, pois isso propiciou a inversão do paradigma governamental do “fazer viver e deixar morrer”, no paradigma do “fazer morrer e deixar viver”. Inversão essa que fora realizada justamente no período do totalitarismo nazista. Senão, vejamos de que modo ele próprio denuncia que:

(...) o Estado nazista tornou absolutamente coextensivos um campo de uma vida que ele organiza, protege, garante, cultiva biologicamente, e, ao mesmo tempo, o direito soberano de matar quem quer que seja - não só os outros, mas os seus próprios. Houve, entre os nazistas, uma coincidência de um biopoder generalizado com uma ditadura a um só tempo absoluta e retransmitida através de todo o corpo social pela formidável junção do direito de matar e da exposição à morte. Temos um Estado absolutamente racista, um Estado absolutamente assassino e um Estado absolutamente suicida. (FOUCAULT, 2019, p.219)

II.

No capítulo chamado de Estruturalismo de Foucault, o autor reivindica que o método estrutural característico da arqueologia teria sido complementado a partir da década de 70 pelo que chama originalmente de genealogia estrutural. Destaca que a primeira apropriação do conceito de acontecimento visara pensar as condições de possibilidade de uma ruptura histórica, para além daquela que

preconizara a revolução protagonizada pelo proletariado. Ao voltar-se para os documentos disponíveis no Fonds Michel Foucault, o autor realiza uma exegese de alguns textos pronunciados durante a temporada de trabalho do filósofo na Tunísia.

Segundo o autor, em *Estruturalismo e análise literária*, de 1967, Foucault busca integrar nas suas análises literárias o “extra-linguístico” que, por sua vez, será posteriormente objetivado no domínio do discurso. Já os enunciados seriam o domínio de análise do sujeito falante e do seu contexto de fala, sem considerar a questão do sentido. No texto *Loucura e Civilização*, desse mesmo ano, o filósofo basicamente retoma os principais argumentos que foram desenvolvidos no livro *História da Loucura*. Ou seja, reforça a posição acerca da incapacidade de definirmos uma essência da loucura; mostra as diferentes formas em que nossas sociedades experienciaram a loucura ao longo do tempo, isto é, ora como sendo definida pela incapacidade para trabalhar, ora como um mecanismo de exclusão familiar contra formas de vidas que não se encaixavam nos padrões de comportamentos locais e, mais recentemente, como patologia, objetivada pelo saber-poder da medicina psiquiátrica.⁶

No capítulo *O Feixe Acontecimental*, o autor defende que a inserção metodológica do conceito de acontecimento para objetivar uma nova teoria do sujeito fora realizada não por Foucault, mas sim, anos mais tarde, por Alain Badiou a partir do seu projeto de sistematização. Ademais, demonstra de maneira exemplar o quão equivocadas estão as leituras da obra do filósofo que separam os domínios de pesquisa acerca do saber e do poder em instâncias temporais irreduzíveis, pois tanto as influências de relações de poder já estavam presentes nos livros dos anos 60, como as investigações sobre o saber jamais cessaram de existir com o incremento metodológico da genealogia que visava inicialmente objetivar as práticas não-discursivas.

O autor indica que a primeira fase de trabalho de Foucault estava profundamente influenciada pela literatura e pelos conceitos de transvaloração dos

⁶ “A partir de Pinel, Tuke, Wagnitz, sabe-se que os loucos, durante um século e meio, foram postos sob o regime desse internamento, e que um dia serão descobertos nas salas do Hospital Geral, nas celas das “casas de força”; percebe-se também que estavam misturados com a população das Workhouses ou Zuchthdusern. Mas nunca aconteceu de seu estatuto nelas ser claramente determinado, nem qual sentido tinha essa vizinhança que parecia atribuir uma mesma pátria aos pobres, aos desempregados, aos correccionários e aos insanos. E entre os muros do internamento que Pinel e a psiquiatria do século XIX encontrarão os loucos; é lá —não nos esqueçamos— que eles os deixarão, não sem antes se vangloriarem por terem-nos “libertado.”(FOUCAULT, 1978, p.55)

valores, de Nietzsche, assim como pelo de transgressão, de Bataille.⁷ Com isso, o filósofo orientou sua pesquisa aos modos de vida que escapavam à normalização, tais como as figuras dos loucos, dos doentes mentais, dos indivíduos considerados como foras da lei, enfim, de modos de vida outros. Nesse período, o autor recorda que a homossexualidade ainda era um tabu onipresente, portanto, o filósofo tentava criticar esses mecanismos de exclusão social visando a abrir espaço para o reconhecimento dos diferentes modos de vida na sociedade, contudo sem ainda dizer explicitamente todos os seus nomes.

Já na fase final de trabalho, Foucault teria encontrado um caminho distinto para pensar uma nova teoria da subjetividade a partir de suas pesquisas sobre os campos de experiência e sobre a sexualidade. Com isso, as problematizações que anteriormente tratavam desses modos de vida outros, agora são complementadas pelo esboço de uma noção de sujeito jamais encerrado numa identidade, mas, ao contrário, dividido e dispersado em multiplicidades, bem como entrelaçado em inúmeras relações entre jogos de verdade, jogos de poder e processos de subjetivação. “Naquele momento, ele chegara a atingir o limiar em relação ao qual a subjetividade alcança seu modelo teórico por ser gerada pelo meio estrutural, diferencial, relacional e criativo perante um conceito não cristalizado antes, o de sujeito gay/queer.” (MADARASZ, 2022, pp.209-10) E é aqui que o autor, uma vez mais, reafirma sua original contribuição com a proposição de pensarmos na criação de um quinto limiar de discursividade que completaria a teoria dos discursos de Foucault, no qual haveria: “(...) a sistematização da subjetividade acontecimental a partir de sujeitos sexuais e sexuais, uma configuração cujo nome atual se fixa pelo termo de ontologia queer.” (Idem, p.217)

No capítulo *Dispersão do Sujeito, Compensação Ontológica* é retomada a inferência de Foucault sobre o iminente desaparecimento do homem, tal como for a pensado na Modernidade. Com isso, o autor se volta aos capítulos finais de *As Palavras e as Coisas*, de 1966. Aqui, aponta que as chamadas contradições humanas descritas pelo filósofo seriam a antropologia estrutural de Lévi-Strauss, a

⁷ “Assim, na raiz da sexualidade, do seu movimento que nada jamais limita (porque ele é, desde sua origem e em sua totalidade, reencontro constante do limite) e desse discurso sobre Deus que o Ocidente sustentou por tanto tempo - sem se dar conta claramente de que “não podemos acrescentar impunemente à linguagem a palavra que ultrapassa todas as palavras” e de que somos por ela colocados nos limites de qualquer linguagem possível- uma experiência singular se configura: a da transgressão.” (FOUCAULT, 2009, III, pp.31-2)

psicanálise desenvolvida por Lacan e a linguística estrutural de Roman Jakobson e, talvez a também, desenvolvida naqueles anos por Noam Chomsky. Ou seja, o papel decisivo dessas contradições não é outro senão o de justamente mostrar a iminente superação epistêmica das ciências humanas, a saber, a psicologia, a sociologia, a antropologia e a análise literária e mitológica, pois aquelas teriam logrado escapar do círculo antropológico moderno.

Isso porque, Foucault defendera também que ciências empíricas como a biologia, a economia política e a filologia não nasceram de um desenvolvimento progressivo da história natural, da análise das riquezas e da gramática geral, mas sim a partir da disposição epistemológica em que o homem se tornou sujeito e objeto de conhecimento na Modernidade. Uma das fragilidades epistêmicas das ciências humanas destacada no livro decorreria do fato de que, ao se constituírem como campo de conhecimento, tomaram emprestado dessas ciências empíricas modernas a sua conceitualidade constitutiva. Da biologia tomaram os pares conceituais de função e norma, da economia os de conflito e regra e dos estudos científicos da linguagem os de significação e sistema. Uma outra, deve-se ao fato de que, dada a disposição epistemológica da Modernidade, o homem aparece, ao mesmo tempo, sob a figura paradoxal do duplo empírico-transcendental, como objeto a ser conhecido empiricamente, mas simultaneamente como fundamento de todas as positivities, isto é, como determinado e determinante.⁸

Entretanto, o filósofo jamais respondera convincentemente acerca do problema da causalidade das rupturas entre as epistemes descritas nesse livro. Desse modo, para essa questão em aberto, o autor defende com originalidade a ideia da construção de um quinto limiar no qual os processos de rupturas estariam inscritos e atualiza o projeto das contradições com as contribuições mais recentes delas.

⁸ “Assim, estes três pares, função e norma, conflito e regra, significação e sistema, cobrem, por completo, o domínio inteiro do conhecimento do homem. Contudo, não se deve julgar que cada um desses pares de conceitos permanece localizado na superfície de projeção em que puderam nascer: a função e a norma não são conceitos psicológicos e exclusivamente tais; o conflito e a regra não têm uma aplicação limitada apenas ao domínio sociológico; a significação e o sistema não valem somente para os fenômenos [pág. 494] mais ou menos aparentados à linguagem. Todos esses conceitos são retomados no volume comum das ciências humanas, valem em cada uma das regiões que ele envolve: daí se segue ser freqüentemente difícil fixar os limites, não só entre os objetos, mas também entre os métodos próprios à psicologia, à sociologia, à análise das literaturas e dos mitos.” (FOUCAULT, 2007, pp.493-4)

Com isso, volta-se à biolinguística de Chomsky onde esta contraciência A teria: “(...) a propriedade mais elementar de nossa capacidade linguística compartilhada é a de que ela capacita a construir e interpretar frases potencialmente infinitas de orientações estruturadas de maneira hierárquica.” (Ibidem, p.253) O filósofo estadunidense defende que a faculdade da linguagem ocorre durante o crescimento da criança devido a elementos biológicos e a sua função é a de gerar estruturas sintáticas independentemente da vontade ou do conhecimento da criança. Assim, o autor defende que a importância da linguística estrutural de Chomsky reside no fato de que ela: “(...) apresenta elementos de uma ontologia realista que é estruturalista quanto à sua concepção da subjetividade.” (Ibidem, p.265)

Após analisar as contribuições mais recentes do campo de estudos da neuropsicologia, chamada de contraciência B, o autor encontra no trabalho de Philippe Descola elementos para a constituição de uma contraciência C. Ao combinar seus estudos etnográficos de campo com um trabalho teórico e filosófico, o antropólogo propõe a existência de quatro ontologias entre os diferentes povos a partir da maneira em que eles distinguem a interioridade e a fisicalidade no mundo, a saber, o naturalismo, o analogismo, o animismo e o totemismo. O naturalismo acredita haver uma continuidade entre os corpos, mas uma descontinuidade das mentes. O animismo afirma haver uma continuidade das mentes, mas uma descontinuidade dos corpos. O totemismo defende uma continuidade dos corpos e das mentes no cosmos. Por fim, o analogismo afirma existir uma descontinuidade dos corpos e das mentes.⁹

O autor defende a importância do trabalho comparativo de Descola, uma vez que ele contribui para pensar uma nova forma da subjetividade, pois a teoria do sujeito formada desde a Renascença pela filosofia ocidental repousa sobre a ontologia naturalista, além disso conclui que: “(...) cabe-se reter, para a filosofia, como o procedimento de Descola está voltado integralmente a uma lógica

⁹ “Les formules autorisées par la combinaison de l’intériorité et de la physicalité sont très réduites : face à un autrui quelconque, humain ou non humain, je peux supposer soit qu’il possède des éléments de physicalité et d’intériorité identiques aux miens, soit que son intériorité et sa physicalité sont distinctes des miennes, soit encore que nous avons des intériorités similaires et des physicalités hétérogènes, soit enfin que nos intériorités sont différentes et nos physicalités analogues. J’appellerai « totemisme » la première combinaison, « analogisme » la deuxième, « animisme » la troisième et « naturalisme » la dernière.” (DESCOLA, 2005, p. 220)

relacional, sustentada pela análise estrutural pela qual se contrapõe uma série de termos, cujas propriedades são adquiridas apenas por rotação entre descontinuidade e continuidade.”(Ibidem, p.305)

No capítulo Primeira Abordagem do Quinto Limiar encontramos, inicialmente, uma leitura erudita da história da filosofia francesa no séc. XX a partir da recepção dos trabalhos de Husserl e de Heidegger por nomes como Sartre, Levinas, Ricouer e Derrida. Em seguida, o autor retoma sua leitura do primeiro Curso de Foucault, *Aulas Sobre a Vontade de Saber*, onde o filósofo realiza uma indagação acerca da origem da própria filosofia e, ato contínuo, sobre a história da psicanálise. Aqui, temos uma indagação sobre o ocultamento da vontade de saber nietzschiana nas origens do discurso filosófico e sobre a materialidade do discurso alegada pelos sofistas. Destaca ainda, que nesse texto o acontecimento antecederá as relações entre o sujeito e a verdade, de maneira que ele reaparecerá na constituição do sistema filosófico por ele proposto na teoria do quinto limiar, mas agora definido como: “(...) equivalente à ideia de singularidade forte e da exceção imanente.” (Ibidem, p.359)

No penúltimo capítulo, Segunda Abordagem do Quinto Limiar, o autor prossegue na sua proposta de completar o projeto foucaultiano, desta vez, a partir das contribuições teóricas de Alain Badiou. Apesar dos flagrantes e das conhecidas divergências políticas, Madarasz chama a atenção à proximidade entre o anti-humanismo foucaultiano e o denominado in-humanismo formalizado badiouiano. Além disso, o autor demonstra a substituição da problematização foucaultiana realizada em *As Palavras e as Coisas* dos domínios da vida, do trabalho e da linguagem pela teoria badiouiana acerca das condições de produção de verdades pelos domínios do amor, da arte, da ciência e da política de emancipação. Defende ainda, que o objetivo de construção de uma nova teoria da subjetividade teria que se articular desde processos de sexuação estruturados por um sistema, porém isso só teria sido possível se o autor de *A Arqueologia do Saber* tivesse introduzido em suas pesquisas tardias um quinto limiar de análise dos discursos que não é outro senão o da sistematização acontecimental.

Segundo ele, Badiou buscara efetivar a separação discursiva e ontológica entre a filosofia e a história através da deshistorização da própria filosofia e desde sua proposição teórica de elaborar uma nova teoria do sujeito relacionado a uma

nova teoria da verdade e do acontecimento. O autor afirma então que, inicialmente, Badiou afirmou que o acontecimento não é nada senão uma ruptura e, posteriormente, um processo onde um inexistente consegue atingir uma intensidade máxima de existência. A partir do interesse mútuo pela matemática e pela teoria da linguagem austiniana, o autor dá voz ao seu antigo orientador de Tese ao explicar que: “O elemento ou átomo constitutivo desta vasta tabela gráfica configurativa se encontra na verificação de uma afirmação indecidível, sendo ela conseqüentemente um dêitico verbalizado na espontaneidade de uma feliz inquietação: “houve algo”, “algo ocorreu”, ou “isto é um acontecimento”. (Ibidem, p.377)

É a partir desse quadro teórico que o autor defende de maneira absolutamente instigante que esse novo sujeito acontecimental já estaria em curso no Brasil: “O nome deste processo emancipador é: *sujeito da consciência negra*.” (Ibidem, p.387) Autores como Lélia Gonzalez, Renato Nogueira, Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Silvio Almeida etc., compõem esse vigoroso movimento de pensamento emancipatório e igualitário no país desde os anos 80. Dessa maneira, o autor encontra no *20 de novembro* realizado, ou melhor, pronunciado pelo poeta Oliveira Silveira no Grupo Palmares, em 1971, para nomear o Dia da Consciência Negra em lembrança à data da morte de Zumbi de Palmares, no ano de 1695, o elemento enunciativo desse acontecimento.

Após estabelecer as rearticulações realizadas por Badiou da noção de corpo com a de verdade, o autor afirma que uma teoria da subjetividade pós-humanista deveria integrar também a noção de corpo, porém agora pensado também a partir das contribuições mais recentes da linguística, da neuropsicologia, da biolinguística e das ciências do gênero. Assim, será a partir dessas contribuições que o autor defenderá a realização do projeto inacabado de Foucault cujo alvo seria o da construção de uma teoria do corpo relacional gay irreduzível à homossexualidade.

No último capítulo Terceira Abordagem do Quinto Limiar, o autor defende que o verdadeiro objetivo por detrás dos quatro volumes da *História da Sexualidade* não era outro senão a questão gay. Uma vez que Foucault defendera em entrevista a não redução do termo gay à homossexualidade, o autor o atualiza a partir do significante vazio Queer. Em seguida, afirma que o conceito proposto de um sujeito genérico poderia ser uma contribuição da filosofia às ciências humanas,

no qual este seria pensado a partir das contribuições dos saberes que têm como alvo a questão da sexualidade.

Lembra ainda que já no Curso *Os Anormais*, de 1974-75, o filósofo interrogara as figuras históricas do ‘monstro humano’, do ‘indivíduo a corrigir, do ‘onanista’ etc., que aparecem como alvo de um saber-poder médico, uma vez que são personagens cuja alteridade às regras sexuais, morais, punitivas então vigentes os transformam em elemento de exclusão social, justificada ainda pela suposta teoria científica da degenerescência humana. Contudo, a questão da homossexualidade em Foucault aparecerá problematizada tardiamente como um modo de vida e como uma questão ligada à multiplicação dos prazeres, pois como vimos ele jamais pretendia encerrá-la em alguma identidade.

Ademais, seguindo a linha de leitura de Didier Eribon, o autor afirma que na *História da Loucura*, de 1961, já estariam inscritas as duas vias que determinariam as investigações posteriores do filósofo, a saber: “A primeira situa a série linguagem/discurso/sexualidade, enquanto a outra articula a da loucura/estado limite/prazeres. Sua convergência se faz acerca do conceito de gay.” (Ibidem, p.449) Outra contribuição de Didier Eribon para a tese sustentada nesse livro reside no projeto de: “(...) sistematização da interdisciplinaridade para que surja à inteligibilidade as linhas subjacentes da plena dimensão da trans(i)dentidade subjetiva em nosso tempo, seja gay ou lésbica, ou queer, cis ou trans.” (Ibidem, p.471) Já o terceiro ponto de ancoragem do autor no trabalho de Eribon resulta da aproximação que este faz da personagem do louco em *História da loucura*, da figura do homossexual, uma vez que essa poderia ser a personagem oculta do livro. Tal como a figura do louco, o homossexual for a alvo da política de encerramento social permitindo, assim, que aquelas práticas que até então eram consideradas como ‘vícios morais’ passassem a ser alvo do saber-poder médico-psiquiátrico institucional e transformadas, enfim, em ‘doenças’¹⁰.

¹⁰ “Would it be possible to read Foucault’s *Madness and Civilization* as a history of homosexuality that dared not speak its name? Might we imagine that this book took the place of a work on homosexuality at a moment when it was impossible to choose that subject for a dissertation in the French university system? Is “madness” a metaphor or a “code” meant to express an underground meaning, one hidden by the text of the book yet containing its secret and authentic truth? Such questions are hard to avoid and perhaps even harder to respond to. For to respond to them would be to interpret Foucault’s texts in terms of a problematic of “truth,” whereas those texts set out to thwart any such project. It would be to read Foucault’s texts in a confessional mode, a practice they intended to challenge. It would be to read them in terms of a “psychological interpretation,” something Foucault detested.” (ERIBON, 2004, p.264)

Um dos argumentos que o autor utiliza para reforçar ainda mais sua argumentação sobre o impedimento de Foucault, em vida, manifestar explicitamente seu interesse de fundo sobre a temática gay encontra-se na nota 27 deste mesmo capítulo, onde destaca que segunda as leis da França, a revogação da penalização da homossexualidade para pessoas acima de 15 anos de idade só se deu no ano de 1982, assim como a homossexualidade foi retirada da taxonomia de doenças mentais somente em 1981.

Se Foucault pensara o entrelaçamento da sexualidade com a literatura a partir da concepção da “Escritura de si” para pensar as práticas de subjetivação, o autor reivindica autores da literatura contemporânea como Guillaume Dustan, Hervé Guibert e o filósofo espanhol Paul Preciado, pois, influenciado por Badiou, o autor pretende completar o quinto limiar de sistematização acontecimental demonstrando que a literatura é um dos campos que configuram as condições de possibilidade de produção de verdades e de figuras genéricas de sujeitos, ao lado da ciência, do amor e da política de emancipação. Nesse quinto limiar visado, a ontologia Queer, que não se constitui como projeto de trabalho por Foucault, mas que é aqui proposta pelo autor desse livro seria: “(...) aquilo que pode ser mapeado como intrínseco, imanente e inato às condições por onde circulam as verdades antes que qualquer identidade lhes seja atribuída.” (Ibidem, p.490)

Ao final, o autor reivindica em suas Diagramações Conclusivas a necessidade da retomada dos estudos estruturalistas no Brasil, uma vez que seria a partir desta corrente teórica que seria possível a ultrapassagem da filosofia moderna, humanista, heteronormativa e colonial. Defende que sua ontologia Queer, proposta no livro, complementaria o projeto foucaultiano interrompido em 1984 com a morte do filósofo. Sua proposta se constitui ainda com aquilo que denomina de três grafismos. O primeiro, seria o da incorporação teórica do trabalho de Eduard Glissant como motivo de ultrapassagem do pensamento binário. O segundo, seria o da sua própria leitura que enfatiza o pós-humanismo foucaultiano que visaria a construção de um sistema formalizado capaz de dar conta de uma nova forma do sujeito. Já o terceiro, é o que chama de força do local, ou seja, um pensamento descolonial que também traz consigo a possibilidade de incorporação das críticas feministas, indígenas, bem como as infinitas lutas emancipatórias por vir.

Considerações Finais

Enfim, Norman Madarasz, em *Foucault, o quinto limiar: estruturalismo e ontologia Queer*, sustenta teses absolutamente inovadoras e originais acerca do trabalho de Foucault, de maneira que esse livro oferece um material indispensável aos estudos foucaultianos e estruturalistas no Brasil. A erudição nele encontrada exige que os leitores desse breve artigo façam o trabalho de uma leitura própria, pois tenho a convicção de que encontrarão nele um universo de contribuições teóricas que para mim passaram despercebidas. Acredito que esse trabalho brilhante, possivelmente despertará debates, talvez até apaixonados, porém certamente não poderá jamais ser ignorado pelas gerações atuais e futuras de leitores de Michel Foucault e da filosofia francesa contemporânea no país.

Referências

- BLANCHOT, Maurice. Foucault como o imagino. Lisboa: Relógio D'Água, 1987.
- DESCOLA, Philippe. *Par-delà nature et culture*. Paris: Éditions Gallimard, 2005.
- ERIBON, Didier. *Insult and the making the gay self*. Durham and London, 2004.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2008. (Campo Teórico)
- FOUCAULT, Michel. A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II. Curso no Collège de France (1983-1984). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. (Obras de Michel Foucault)
- FOUCAULT, Michel. A hermenêutica do sujeito. Curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Tópicos)
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- FOUCAULT, Michel. A sociedade punitiva: curso no Collège de France. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2015. (Coleção obras de Michel Foucault)
- FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. (Coleção Ditos & Escritos; II)

FOUCAULT, Michel. Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, Michel. Aulas sobre a vontade de saber: curso no Collège de France (1970-1971). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014. (Obras de Michel Foucault)

FOUCAULT, Michel. Do governo dos vivos: curso no Collège de France (1979-1980). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, MICHEL. Doença mental e psicologia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. Estratégia, Poder-Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos & Escritos; IV)

FOUCAULT, Michel. Ética, Sexualidade, Política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão... um caso de parricídio do século XIX, apresentado por Michel Foucault. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

FOUCAULT, Michel. Gênese e estrutura da antropologia de Kant. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FOUCAULT, Michel. História da loucura na Idade Clássica. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 2; o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, MICHEL. História da sexualidade 3: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade 4: as confissões da carne. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Le gouvernement de soi et des autres. Cours au Collège de France (1982-1983)*. Paris: Seuil/Gallimard, 2008.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica: curso ministrado no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. O nascimento da clínica. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1977.

FOUCAULT, Michel. O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006. (Tópicos)

FOUCAULT, Michel. Os anormais: Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, Michel. O governo de si e dos outros: curso no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. (Obras de Michel Foucault)

FOUCAULT, Michel. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1999. (Ditos & Escritos; I)

FOUCAULT, Michel. Raymond Roussel. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976.

FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Coleção Tópicos)

FOUCAULT, Michel. Subjetividade e verdade: curso no Collège de France (1980-1981). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016. (Coleção obras de Michel Foucault).

FOUCAULT, Michel. Teoria e instituições penais: curso no Collège de France (1971-1972). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2020. (Coleção obras de Michel Foucault)

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MADARASZ, Norman R; JAQUET, Gabriela; Fávero, Daniela M.; CENTENARO, Natascha (Orgs.) Foucault: Leituras acontecimentais. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

MADARASZ, Norman. Foucault, o quinto limiar: estruturalismo e ontologia Queer. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2022.

*Recebido em: 02/05/2023.
Aprovado em: 06/06/2023.
Publicado em: 11/10/2023.*